

TRADIÇÃO URBANA E AS VILAS POPULARES DE PORTO ALEGRE

Douglas Vieira de Aguiar

*“... a porta do barraco era sem trinco, e a lua furando nosso zinco, salpicava de estrêlas
nosso chão... tu... pisavas nos astros distraída...”*

(Silvio Caldas e Orestes Barbosa, 1937)



2

Vila Cruzeiro. Vista

As idéias e conceitos apresentados no que segue constituem uma visão positiva da favela, ou melhor, da arquitetura da favela. São especulações sobre a força do desenho urbano. O assunto é controverso. Há favelas e favelas. O leigo e especialmente o político tendem a tratar do assunto considerando favela como um fenômeno homogêneo, caótico e degradante por definição. E seguramente não é esse o caso. Há favelas com quarenta, cinquenta anos ou mais, hoje privilegiadamente localizadas, que apresentam uma condição urbana mais que razoável e, freqüentemente, bastante agradável. Especialmente se comparadas com os conjuntos de habitação resultantes de programas institucionais. É sobre esses casos que esse trabalho trata de refletir. A beleza da favela tem sido cantada, escrita e interpretada por muitos ao longo do tempo. A música, a literatura e o teatro brasileiros são repletos de reconhecimento e homenagem a esse tipo de urbanização espontânea. Há aí um encantamento e um paradoxo: esse lugar tão admirado nas artes não parece ser visto do mesmo modo pela disciplina urbanística. Ao contrário, as avaliações de qualidade ambiental são em geral cruéis com esses lugares. Trilhando direção oposta, esse artigo trata de mostrar, de modo objetivo, as qualidades arquitetônicas, socioeconômicas e potencialidades dessas urbanizações autoproduzidas. Os conceitos de cidade tradicional e habitação social são utilizados no argumento como parâmetro e referencial teórico. O tema da genuinidade urbana é central nessa discussão. Um conjunto de casos, escolhidos dentre as assim denominadas Vilas Populares de Porto Alegre, é discutido. As lições oferecidas por esses lugares são, ao longo do texto, avaliadas e reconhecidas como portadoras de oportuna contribuição ao presente estágio da prática urbanística.

● QUADRO ATUAL: ESTÁ AÍ O NOVO URBANISMO?

Urbanização desenfreada e um – ao menos aparente – caos espacial são, reconhecidamente, características da vida contemporânea. A falência do urbanismo como campo de estudo é notória e ambígua: “[...] como explicar o paradoxo de que o urbanismo, como profissão, tenha desaparecido justamente no momento em que, por toda a parte, a urbanização – após décadas de constante aceleração – está a caminho de estabelecer um definitivo ‘triunfo’ global, da condição urbana?” pergunta, com perplexidade, o arquiteto holandês Rem Koolhaas.¹ O urbanismo foi de fato atropelado por uma realidade demais complexa, que se desdobra de modo autônomo e desafia de modo radical as teorias e axiomas do modernismo. A decadência do urbanismo é particularmente visível nas condições de subdesenvolvimento, onde o meio urbano vem sendo confrontado, nas últimas décadas, com uma variedade de soluções espontaneamente produzidas, especialmente em habitação. O cenário brasileiro é emblemático nesse aspecto: “[...] não há cidade brasileira com mais de 500 mil habitantes sem um portentoso conjunto de favelas”.² Os números do IBGE mostram que, no Brasil, 10 milhões de pessoas vivem em aproximadamente 20 mil favelas distribuídas pelo país.³

Não havendo mesmo outra saída, em anos recentes a favela passou a ser considerada, ao invés de um problema, como uma solução apropriada

para a escassez de habitação. O arquiteto Sergio Magalhaes, ex-secretário de urbanismo do Rio de Janeiro, promove com veemência, em livro recente, a defesa do modo favelado de morar. Sugere ele que as pessoas devem decidir por si próprias onde é mais conveniente morar; o setor público deve seguir a tendência “para construir cidade onde as famílias já construíram suas casas, mesmo que precárias”.⁴ Essa postura evidencia o quanto o urbanismo abriu mão da promessa messiânica de organizar o mundo. Para outros, no entanto, esse modo de pensar, essa estratégia de acomodação, pode ser considerada como indício de um novo urbanismo. Em conhecido artigo ainda o arquiteto Koolhaas prospecta sobre algumas das características dessa condição contemporânea; diz ele: “[...] se vier a ocorrer um novo urbanismo esse não mais será baseado nas fantasias – entre si assemelhadas – da ordem e da onipotência; ele, esse novo urbanismo, será, ao contrário, a exibição da incerteza; ele não mais se ocupará do arranjo espacial de objetos mais ou menos permanentes mas sim da irrigação de territórios com potencial; ele não mais ambicionará configurações estáveis, mas sim a criação de campos de capacitação que acomodem processos que recusam a cristalização em uma forma definitiva; ele não mais tratará de meticulosas definições e da imposição de limites, mas sim de noções em expansão, negação de limites; ele não mais tratará da separação e identificação de entidades, mas sim sobre a descoberta de híbridos indescritíveis; ele não mais será obcecado com a cidade, mas sim com a manipulação de infra-estrutura para intermináveis intensificações e diversificações, atalhos e redistribuições – a reinvenção do espaço psicológico. Sob as condições da urbanização total, jamais o urbanismo tratará novamente do novo, apenas do “mais” e do “modificado”. Ele não mais tratará do civilizado, mas sim do subdesenvolvimento”.⁵ E paradoxalmente, em paralelo à falência do urbanismo, essa postura de reconhecimento da condição contemporânea implica numa expansão ilimitada desse campo disciplinar: “Justamente por estar fora de controle, o urbano está a ponto de se tornar um vetor maior da imaginação. E uma vez redefinido, o urbanismo não será apenas, ou majoritariamente, uma profissão, mas um modo de pensar, uma ideologia: aceitar o que existe. Estivemos fazendo castelos de areia e agora estamos nadando no mar que os desmanchou”.⁶

A descrição da condição urbana contemporânea vislumbrada pelo arquiteto holandês é cem por cento sintônica com a realidade das grandes cidades brasileiras, onde as prefeituras vêm se ocupando, de modo crescente, com o acompanhamento e consolidação daquilo que as pessoas espontaneamente iniciaram. Nesse contexto, é oportuno verificar como, sob uma condição aparentemente caótica, a cidade – a cidade clássica / tradicional – vem sendo vista, ambigualmente, tanto como um modelo e também como uma imagem nostálgica: “[...] a urbanização total torna a própria condição urbana irreconhecível. A cidade não mais existe. Na medida em que o conceito de cidade é distorcido e estendido acima de qualquer precedente, qualquer insistência a respeito de sua condição

original – em termos de imagens, regras, produção – conduz irremediavelmente, via nostalgia, à irrelevância [...]”. A afirmação é aparentemente de desilusão. No entanto, ao final, fica no ar o pedágio pago à tradição: “[...] e se simplesmente declaramos que não há crise alguma – redefinindo nossa relação com a cidade não como seus produtores mas como meros sujeitos, ou acompanhantes? [...] Mais que nunca, a cidade é tudo o que temos”.⁷ Os depoimentos acima – visões e percepções – são pertinentes ao argumento a ser desenvolvido no que segue, que se refere ao papel da *cidade clássica* como modelo para inúmeras situações espaciais imersas na urbanização descontrolada. A estrutura espacial espontaneamente desenvolvida em algumas favelas é, nesse aspecto, um caso a considerar. Os casos a serem discutidos no presente trabalho parecem indicar que o processo de crescimento urbano espontâneo – uma vez adequadamente/institucionalmente apoiado – poderá conduzir a um ambiente urbano contemporâneo não apenas adequado à vida mas, sobretudo, qualitativamente superior se comparado com as soluções de habitação institucional padronizada.

NATUREZA URBANA E TRADIÇÃO

A hipótese central perseguida no que segue é a de que a *visão positiva* inerente à imagem de favela, pelo menos no campo das artes, está relacionada ao modo como a favela, em sua estrutura física, incorpora naturalmente as qualidades morfológico-ambientais da cidade, isto é, da *cidade clássica*.⁸ Em outras palavras, a urbanização autoproduzida seria mimética à cidade tradicional. Como tal, a favela é parte de um conjunto de elementos que fazem parte do *senso comum*, parte de um *inconsciente coletivo* que carrega em seu *comportamento espacial* uma *cultura urbana* estabelecida, reconhecida e usufruída positivamente. Nessa linha, é oportuno recuperarmos brevemente o conceito de *cidade clássica* e explicitarmos que *qualidades* exatamente são essas. O contraponto com a *performance das urbanizações planejadas* emerge naturalmente.

O reconhecimento e descrição das qualidades da assim chamada *cidade clássica* foi objeto de um amplo espectro de literatura no campo da arquitetura nos anos sessenta e setenta; num período que ficou conhecido como pós-moderno. A obra de autores como Jane Jacobs e Anthony Vidler é exemplar nesse aspecto.⁹ Esse período da história da arquitetura é hoje considerado historicista, antiquado, reacionário e de, certo modo, esquizofrênico: “Para os urbanistas, a tardia redescoberta das virtudes da cidade clássica no momento de sua definitiva impossibilidade deve ter sido uma situação sem volta, um momento fatal de desconexão e desqualificação. Eles [os urbanistas] são no momento especialistas em uma dor fantasmagórica: doutores discutindo as complexidades de um braço amputado”.¹⁰ Essa qualificação parece adequada a boa parte da arquitetura daquele período; muito em decorrência do inseqüente repertório formal então adotado. O mesmo, no entanto, não parece ser aplicável à, então frequentemente proposta, restauração

da *tradição urbana*; a assim chamada *tradição da cidade*. Ao contrário, a tendência dominante do urbanismo contemporâneo vem, contínua e espontaneamente, apontando para um crescente reconhecimento dos princípios da *tradição*; ainda que de um modo bastante peculiar no qual a *tradição* parece ser enriquecida pela complexidade da vida contemporânea. A configuração espacial surgida espontaneamente em urbanizações auto-organizadas vem se tornando um paradigma nesse campo.

Nesse processo, o desenho dos assentamentos autoproduzidos emerge como uma crítica contundente aos pobres resultados evidenciados por urbanizações resultantes de processo institucional de planejamento pelo mundo afora. Uma limitação recorrente, em geral observada nas propostas e resultados do desenho urbano atual, está no caráter de *artificialidade* evidenciado pelos ambientes/espacos desenhados e construídos. O senso comum sugere que é necessário tempo para que o ambiente construído desenvolva *anima*, ou seja, para que incorpore as marcas do tempo. No entanto esse parece ser apenas um lado do problema. De fato muitas urbanizações envelhecem, são fortemente alteradas pelo tempo, algumas chegam a atingir o estado de deterioração, e ainda assim retêm o caráter de artificialidade acima referido, como se fossem maquetes sem vida. O fato é que o problema evidenciado por inúmeras urbanizações novas não parece ser apenas produto dessa condição *de estar novo* mas sim resultado da própria natureza arquitetônica/espacial inerente a muitos desses lugares. Quando se trata de conjuntos habitacionais o problema se agrava. Um dos problemas da habitação social, nos seus mais variados formatos, parece estar relacionado com *imagem*. Os núcleos/conjuntos de habitação social terminam frequentemente, senão sempre, oferecendo uma forte imagem de artificialidade, que beira a falsidade. De fato em sua história recente, nesse último século, a disciplina da arquitetura tem sido incapaz de produzir habitação social de qualidade; pelo menos o tipo de habitação social esperado, senso comum, pelas pessoas ou mesmo pelos próprios arquitetos. Em síntese, as urbanizações destinadas a habitação social vêm historicamente fracassando no propósito de se apresentar como *um ambiente genuinamente urbano*. Esse cenário de frustração abre, ao natural, caminho para a pesquisa da natureza espacial das urbanizações autoproduzidas, na medida em que muitos desses lugares vêm apresentando, comparativamente a núcleos habitacionais planejados, um interessante desempenho, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

Dessa constatação duas questões emergem. A primeira: poderia uma urbanização autoproduzida tornar-se um ambiente genuinamente urbano? A segunda: por que seria a condição de *ser genuíno* importante para o ambiente urbano? A resposta para essas questões tem três desdobramentos. O primeiro é o econômico. Um ambiente urbano genuíno é economicamente ativo; as pessoas compram e vendem imóveis, as edificações são reformadas, mudam de uso, são demolidas e reaparecem de repente como novas. Atividades – comércio, serviços e a pequena

indústria – surgem e desaparecem naturalmente ao longo do tempo. A residência – não a *habitação* ou a *unidade* – é apenas uma parte da equação urbana. Nos assim chamados *núcleos* de habitação social, ao contrário, o valor do imóvel tende a ser comparativamente inferior. De fato é bem mais difícil vender uma “unidade” parte de conjunto habitacional que um apartamento, do mesmo tamanho e nível socioeconômico, num edifício qualquer ainda que modesto. “Unidades” não podem em geral ser alteradas, em nome da preservação da estética do todo, e conjuntos habitacionais inteiros vêm sendo, com crescente frequência, simplesmente demolidos, especialmente nos países ricos. Nos conjuntos de habitação social a possibilidade de surgimento natural de atividades não programadas é baixa e em muitos casos inviável/não permitida. Em síntese, núcleos planejados de habitação social tendem a ser, do ponto de vista da economia urbana, localizações estagnadas.

○ outro aspecto relacionado à condição de genuinidade do ambiente urbano é o social. Ambientes genuinamente urbanos são socialmente ativos e em geral dotados de natural animação decorrente do movimento de pessoas (das mais variadas tribos e credos). Habitantes do lugar, habitantes de áreas vizinhas e pessoas vindas de outras partes da cidade se misturam naturalmente. Em ambientes urbanos genuínos, a mistura de pessoas de diferentes faixas de renda tende a ocorrer ao natural. A diversidade social acontece naturalmente em paralelo à diversidade econômica; ambas têm papel importante na *anima* do lugar. Núcleos habitacionais planejados, ao contrário, tendem a concentrar pessoas de um mesmo extrato socioeconômico. A “comunidade” tende a ser homogênea e local. O espaço coletivo, frequentemente reduzido a pracinha e equipamentos esportivos (canchas), é em geral restrito ao uso familiar de um modo eminentemente funcional.

○ terceiro aspecto relacionado à condição de genuinidade é o *estético*. Ambientes urbanos genuínos são, em geral, lugares onde a dimensão física está baseada na condição de diversidade arquitetônica. A estética da diversidade é naturalmente acompanhada pela diversidade cultural. Ambientes urbanos genuínos são recipientes naturais da cultura urbana. A *forma* da cultura urbana é evidenciada na estética do espaço *público*. Os fatores econômico e social estão juntos e indissolivelmente misturados no fator estético. A experiência estética de um ambiente genuinamente urbano permite a percepção do seu *animismo*, isto é, “[...] o reconhecimento e a experiência de um mundo vivo, um mundo com interioridade, um mundo com alma. O animismo, de dois modos, oferece uma alternativa à objetificação e à distância: fornece significado às nossas sensações corporais e também ao mundo a nossa volta, e restitui uma vida interior aos objetos e ao entorno (e a nós mesmos)”.¹¹ O ambiente construído, produto dos programas de habitação social, é em geral pobre em sua condição de animismo e, em conseqüência, pouco agradável. A distinção feita por Kant, em sua *Crítica do julgamento* (1790), entre os conceitos de *beleza pura* e *beleza comprometida*, fornece elementos que

permitted avançar no entendimento dessa questão. A beleza pura “pressupõe o desconhecimento da natureza do objeto [...] muitos pássaros ou as conchas do mar são belos em si próprios; possuem uma beleza não relacionada a qualquer noção de propósito ou finalidade, são belos em si próprios e de um modo livre, autônomo”. Ao contrário, “a beleza de uma igreja, de um palácio ou de uma casa de verão pressupõe uma noção de finalidade que determina o que o objeto deve ser e conseqüentemente fornece a medida de seu ideal; portanto sua beleza é necessariamente comprometida”.¹² Essa diferenciação parece fornecer uma explicação, dentre outras provavelmente, para a artificialidade e ausência de animismo das urbanizações novas e em especial dos núcleos de habitação social, ou seja, a medida da qualidade dessas urbanizações – o parâmetro através do qual são automaticamente avaliados – termina sendo a condição urbana conhecida e reconhecida pelo inconsciente coletivo, uma condição naturalmente encontrada e percebida no espaço da *cidade tradicional*; o ambiente genuinamente urbano. Infelizmente os núcleos de habitação social resultam, ao final, apenas como uma alternativa possível, bastante distante do seu modelo ideal e, mais que isso, fisicamente impossibilitados de se desenvolver nessa direção – a direção do seu ideal.

○ ESPAÇO DA RAZÃO PRÁTICA

Uma questão emerge naturalmente como passo subsequente nesse argumento: o que seria, então, um *ambiente genuinamente urbano*? Ou ainda, de um modo mais específico, quais *ingredientes* fazem com que um ambiente seja reconhecido como genuinamente urbano? A resposta dessa pergunta parece emergir naturalmente do senso comum, ou seja, da razão prática. Ambientes genuinamente urbanos são, em princípio, configurações espaciais que têm a *rua* como base/unidade morfológica. É importante aqui que se tenha em mente o clássico conceito de rua como um percurso público arquitetonicamente configurado ou, de outro modo, um espaço público *arquiteticamente* alongado. Isso implica necessariamente na existência de um espaço contido por edificações; seqüências lineares de edificações em ambos os lados, seqüências de edificações definindo arquitetonicamente o espaço. Num ambiente genuinamente urbano a rua carrega, simultaneamente, duas identidades, intrinsecamente relacionadas. Uma é local e se refere ao caráter da rua em si (a largura, as dimensões da calçada e do leito viário, os tipos de edificação e a vegetação). Portanto, uma rua é um evento espacial em si próprio. A atmosfera local – o animismo – é em muito decorrente do modo como a rua é constituída. O conceito de *constituição*, aparentemente óbvio senão banal, se refere à freqüência ou intensidade com que o espaço privado – o interior das edificações – se conecta ao espaço público – à rua propriamente dita – através de portas e janelas. Parece também ser senso comum que portas e janelas sejam os olhos da rua. Tanto a segurança quanto a animação da rua estão diretamente relacionadas à condição ou modo de constituição; tanto em termos de quantidade quanto de

qualidade.¹³ A constituição da rua é naturalmente relacionada à largura das testadas de lote/edificações que a constituem; quanto mais estreitos os lotes mais constituída a rua tende a ser. As ruas medievais, clássico exemplo, tendem a ser intensamente constituídas. Em ambientes genuinamente urbanos o grau de constituição da rua está na origem da diversidade – de materiais, de cores, de fachadas – mesmo em situações onde um mesmo tipo arquitetônico é recorrente. Nos ambientes genuinamente urbanos a diversidade arquitetônica tende a ser acompanhada pela diversidade social.

A segunda identidade inerente à condição de rua é uma identidade global. Trata-se de uma identidade topológica; se refere à posição da rua, uma rua qualquer, como um elemento inserido em um sistema espacial maior, isto é, a rua como parte de uma *malha urbana*. Muito embora global, essa segunda identidade é também responsável pelo caráter local da rua. Em sua enorme diversidade configuracional, ambientes urbanos genuínos têm em comum a característica de serem morfologicamente estruturados em *malha*. Por que o padrão morfológico em *malha* seria em si essencial? A resposta parece estar novamente na razão prática. A inteligibilidade dos ambientes urbanos configurados em malha é parte de um repertório natural do mundo civilizado nas mais diferentes culturas. A orientação espacial dada por padrões morfológicos em malha está entre as características mais elementares da civilização, podendo ser considerada como elemento pertencente a uma segunda natureza. A estruturação em malha contém o princípio da *continuidade espacial*, e os ambientes genuinamente urbanos são configurados com base na irrestrita continuidade espacial do âmbito público. A malha fornece um equilíbrio natural entre os espaços público e privado e funciona como um sistema de irrigação que distribui acessibilidade – e, portanto, movimento – às diferentes partes do território. Configurações em malha propiciam a simultaneidade e sobreposição de acessibilidade de pedestres e veículos. A malha estabelece a condição espacial subjacente ao *zoneamento natural*.¹⁴ Configurações em malha detêm um padrão característico de articulação – peculiar, individual – e uma natural distribuição de hierarquia espacial. Considerando esse conjunto de características, a maior parte dos assentamentos urbanos existentes no mundo seriam, em princípio, ambientes genuinamente urbanos. Isso inclui assentamentos planejados onde a *malha regular* tenha sido o ponto de partida – como, por exemplo, nas centenas de assentamentos de fundação romana – e quaisquer outros assentamentos espontaneamente desenvolvidos onde a *malha deformada* tenha surgido como resposta automática às necessidades de acessibilidade.¹⁵

Um terceiro elemento essencial na configuração espacial dos ambientes genuinamente urbanos é o *quarteirão*. Quarteirões surgem em decorrência de uma característica natural da malha urbana que é a condição de *anelidade*.¹⁶ Essa denominação – anelidade – é aparentemente ambígua, senão enganosa, visto que os *anéis* conformados pela malha urbana são, em geral, polígonos e não figuras curvilíneas

como a palavra *anel* sugere. No entanto, o termo expressa a precisa noção topológica do *circundar* e ao final encontrar-se de volta ao ponto de partida. Essa parece ser uma característica essencial dos ambientes genuinamente urbanos. A estruturação espacial *em quarteirão* é uma condição fortemente associada à *inteligibilidade* do meio urbano, isto é, à capacidade de localizar-se mediante informações vindas da configuração espacial da cidade. Do ponto de vista do padrão de movimento a necessidade de acessibilidade às diferentes partes do tecido urbano termina produzindo no espaço público um padrão de *permeabilidade espacial*. Permeabilidade não acontece ao acaso. Ao contrário, acontece guiada por uma ambição de conectividade, do mesmo modo como ocorre naturalmente com uma aranha ao tecer sua teia. Há um requerimento de *tensão*; a busca do caminho mais curto, o caminho mínimo. A teia não admite elementos soltos, sem terminação, *culs-de-sac* são exceções. De fato, em ambientes genuinamente urbanos, os *culs-de-sac* são frequentemente bem-vindos; como *elementos excepcionais*, como exceções à regra. E no presente argumento o que importa é a regra. Em síntese, na forma espacial do ambiente genuinamente urbano, enquanto o espaço público resulta necessariamente em um padrão *em malha*, o espaço privado resulta necessariamente em um padrão *em quarteirão*. A percepção da configuração em quarteirão é ancestral na condição humana: “No imaginário do habitante urbano, o quarteirão tende a ser percebido como uma casa maior, local onde se estabelece uma inevitável interface dos interesses individuais com as demandas coletivas de acomodação espacial. Embora a associação entre habitação e rua tenha um apelo cognitivo irresistível, como referência espacial urbana – a rua onde eu moro, a rua onde eu trabalho –, é provável que, analisados os impactos, a condição de habitar em um quarteirão seja talvez ainda mais decisiva na vida do morador. É no interior do quarteirão que ocorre a vizinhança imediata, a maior proximidade entre edificações, a quase compulsória interface com o próximo [...]. A milenar adoção do quarteirão como elemento-base da morfologia urbana é, em princípio, sábia: ele viabiliza, para um conjunto de lotes, que todas as edificações tenham simultaneamente interfaces com os domínios público e privado”.¹⁷

O padrão espacial evidenciado por ruas estruturadas em malha – essência espacial da vida pública – e lotes agrupados em quarteirão – síntese morfológica da vida privada – constituem os elementos básicos da razão prática explicitada na forma urbana. A continuidade morfológica desses elementos ao longo do tempo constitui de fato uma segunda natureza; plenamente reconhecida nas mais variadas culturas. Nas palavras de Porphyrios (1991, p. 72), “[...] o paradigma da ‘cidade feliz’ não pode ser encontrado nas cidades muradas da antiguidade mas sim na história milenar da cidade tradicional; esta sim se destaca pela incorporação da sabedoria urbana. Seu desenho se desdobra ao longo das conhecidas e familiares formas do quarteirão, da rua, da praça e do monumento. E sua dimensão desde há muito tornou-se para nós uma segunda natureza”.

Sugere o autor que esse repertório de formas familiares – *disegno e misura* – faz com que a cidade tradicional funcione socialmente de modo plenamente satisfatório. Esse aspecto está relacionado ao que Porphyrios denomina “bem-estar público”: a característica física da cidade tradicional seria capaz de motivar nas pessoas um particular tipo de comportamento coletivo. Sugere o autor que “ao longo dos séculos a cidade tradicional tem contribuído em atenuar o antagonismo entre o ‘eu’ (indivíduo) e o ‘eu comum’ (coletividade) através da provisão de um particular equilíbrio entre espaços públicos e privados como estrutura física subjacente à vida dos cidadãos”.¹⁹

Muito embora os ensinamentos elementares ora relatados a respeito da tradição urbana – ensinamentos explicitados em centenas e centenas de cidades – não tenham sido de um modo geral incorporados na produção urbanística contemporânea em geral, e nos programas de habitação social em particular, é oportuna a constatação de que esses mesmos princípios vêm sendo espontaneamente incorporados, e de modo bastante efetivo, no desenho de assentamentos autoproduzidos. Muitos desses lugares vêm sugerindo, em sua dimensão morfológica, interessantes ensinamentos a arquitetos e planejadores atuantes nesse campo.

TRADIÇÃO BY DEFAULT

○ Desequilíbrio econômico e social dos países do Terceiro Mundo tem produzido grande quantidade de miséria e em paralelo uma adequada, e pode-se dizer interessante, arquitetura urbana, tanto espacial quanto socialmente. Isso é o que ocorre em muitas das grandes cidades brasileiras onde urbanizações autoproduzidas vêm passando por um contínuo processo de consolidação e assimilação pela assim denominada “cidade oficial” onde se localizam. Em um tempo não muito distante esses lugares eram vistos como algo a ser escondido, mudado, substituído, removido. Essa foi a era do conjunto habitacional. Mais recentemente muitos desses lugares se transformaram, ironicamente, em situações urbanas, pode-se dizer atraentes e, em muitos casos, um processo de *gentrificação à brasileira* é percebido.²⁰ A mistura de pessoas de diferentes extratos sociais em um mesmo território, o surgimento de comércio, serviços, equipamentos de uso coletivo e infra-estrutura vem tornando muitos desses lugares autênticos *condensadores sociais*; lugares plenos de animação urbana, social e econômica. A *condição de centralidade* tem papel importante nesse fenômeno; o poder da localização, localizações estratégicas. Muitos desses lugares se desenvolveram em situações residuais, tirando proveito de *fendas morfológicas* deixadas ao acaso pela urbanização oficial. Outros cresceram em áreas originalmente reservadas à implementação futura de equipamentos públicos ou *oportunidades urbanas* fora do controle dos órgãos de planejamento.

Porto Alegre, sul do Brasil, capital beirando os dois milhões de habitantes, é peculiar nesse aspecto. A política tradicional com respeito às *vilas* – denominação localmente utilizada para as favelas – foi a remoção

para localizações periféricas. Mais recentemente, no entanto (nos últimos 15 anos), respondendo à pressão política, a municipalidade vem dotando de infra-estrutura muitas dessas áreas; isso inclui a pavimentação do espaço público (vuelas, becos, etc.), provisão de redes de esgoto, iluminação pública, etc. O resultado dessa política é admirável e claramente visível na melhoria de qualidade das edificações e do padrão urbano em geral, tanto físico quanto social. Pode-se mesmo notar o surgimento de uma estética arquitetônica local, um repertório naturalmente derivado da necessidade e que oscila entre o vernacular e o *kitsch*. De um modo interessante, essa arquitetura surge de um processo de auto-organização da sociedade; uma arquitetura coletivamente produzida e essencialmente decorrente das peculiaridades existentes na condição espacial do meio urbano. Essa nova arquitetura – muito presente porém pouco observada – não é em geral reconhecida como arquitetura. De fato, muitos desses lugares estão desde há algum tempo misturados na tessitura da cidade como ambientes genuinamente urbanos.

A Vila Cruzeiro, em Porto Alegre, é um desses lugares portadores dos ingredientes que fazem de um lugar qualquer um ambiente genuinamente urbano. A *vila* tem em toda sua extensão a *rua* como elemento base de sua organização espacial; percursos margeados por seqüências edificadas que definem uma permanente condição arquitetônica de contenção espacial. Esses percursos são em geral estreitos, alguns mais estreitos que outros; são vuelas e becos. O conjunto de ruas inclui uma interessante diversidade tipológica. A hierarquia espacial é evidente (fig.1). A rua principal é quase retilínea, praticamente horizontal, pavimentada e com calçadas estreitas. A arquitetura das casas, em geral casinhas, também exibe diversidade, dentro do padrão comum dado pelas estreitas testadas de lote. A meio caminho, em uma esquina, essa rua é sutilmente alargada. Esse alargamento funciona como uma pequena praça ou largo; um bar, um minimercado e o centro comunitário a *constituem*.

Esse lugar é um ponto de encontro e, quem sabe, um ponto de tráfego. O contexto é socialmente animado. As ruas adjacentes são tortuosas e seguem a topografia acidentada. Vuelas e becos são regularmente *constituídos* por portas e janelas; os lotes em função da dimensão das testadas tendem a viabilizar construções estreitas e ocupação em profundidade. Uma interessante variedade de tipos de casas se desenvolveu aqui ao longo do tempo. O ambiente resultante recupera aqui e acolá a atmosfera da cidade medieval (fig.2). Apesar da evidente tortuosidade dos elementos que compõem o espaço público, a configuração espacial da Vila Cruzeiro evidencia uma estrutura *em malha* que se estende por todo o assentamento. *Gradações de acessibilidade* evidenciam uma clara *hierarquia espacial*.²¹ Os espaços que convidam o visitante se distinguem claramente daqueles que não o convidam.²² O padrão morfológico em malha gerou uma configuração de quarteirões de diferentes tamanhos e formas onde o espaço público e o domínio privado são a todo momento precisamente identificáveis.



1
Vila Cruzeiro. Planta



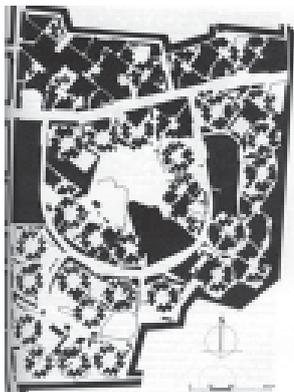
3
Vila Baronesa. Planta



4
Vila Baronesa. Vista



5
Cohab Rubem Berta. Vista



6
Cohab Rubem Berta. Planta

Do ponto de vista da economia urbana, a Vila Cruzeiro vem se tornando um lugar visivelmente ativo: as pessoas compram e vendem propriedades, casas e pequenos negócios; imóveis parecem estar em permanente estado de reforma, alguns são demolidos e emergem novos do dia para a noite abrigando outra atividade; comércios, serviços e mesmo a pequena indústria, em geral associada à moradia, vêm surgindo espontaneamente aqui e acolá. A habitação parece ser apenas uma parte da equação urbana. Socialmente, a Vila Cruzeiro vem se tornando alvo de um processo sutil de gentrificação. Na medida em que as redes de água e esgoto, o calçamento e a iluminação pública vêm se expandindo, pessoas vindas do entorno, e mesmo de outras partes da cidade, vêm se apropriando cada vez mais naturalmente do espaço público interior. Nesse ambiente, a diversidade social parece ser, de modo progressivo, acompanhada da diversidade econômica e de renda. O resultado do ponto de vista social é um ambiente visivelmente ativo. No todo, muito embora a evidente condição de miséria ainda em muito ali esteja presente, a Vila Cruzeiro exhibe um ambiente dotado de alta dose de animismo; um ambiente urbano agradável cujas vielas exibem belos visuais do Rio Guaíba como pano de fundo. O lugar é pleno de diversidade arquitetônica baseada num variado repertório popular. A diversidade econômica, a diversidade arquitetônica e a condição de animação urbana se misturam num interessante resultado estético que evidencia o potencial de um promissor futuro tanto econômico quanto social; oremus . . .

Mais próxima, e de fato vizinha, do centro de Porto Alegre, a Vila Baronesa do Gravataí é uma configuração espacial *em rua e praça articulados*; de fato um *cul-de-sac* que se alarga criando espaço para um pequeno largo que funciona como ponto focal para o observador em movimento (fig.3). Diferentemente da Vila Cruzeiro, a Vila Baronesa tem uma localização bastante central. Essa localização privilegiada é conseqüência de mutações da geografia urbana acontecidas naquela parte da cidade onde, anos atrás, um então existente riacho, o Arroio Dilúvio, veio a ser reorientado e canalizado. Que lástima! A área remanescente foi então urbanizada dando continuidade à configuração em malha existente no entorno. Uma das ruas resultantes dessa urbanização foi então apropriada e habitada informalmente ao longo do tempo por população de baixa renda e mesmo sem renda. E esse foi o embrião da atual Vila Baronesa. A localização central faz do local um natural objeto de gentrificação: a presença de moradores de classe média cresceu ao longo dos anos e hoje o lugar apresenta, pode-se dizer, uma interessante mistura social. Assim como ocorre na Vila Cruzeiro, aqui as pessoas compram e vendem propriedades e pode-se observar, permanentemente, grande quantidade de reformas em andamento. É oportuno constatar que os habitantes originais do lugar não foram expulsos ou desalojados em massa ao longo desse processo de gentrificação, pelo menos não do modo radical como deveria ocorrer de acordo com o que apregoa a tendência sociopolítica atual, dita progressista. Ao contrário, a maioria permanece

morando lá ainda hoje. De fato o que ocorreu foi uma generalizada melhora no padrão econômico do lugar e a presença de população com renda mais alta tem, ao final, um impacto positivo naquele microcosmo social. Todos parecem se beneficiar do processo socioespacial em andamento.

Contribui para isso o ambiente físico da Vila Baronesa que, além do atrativo global dado por sua condição de centralidade, é igualmente atraente do ponto de vista local. A configuração espacial evidencia que ali a tradição urbana foi seguida de modo estrito. O senso comum parece ter prevalecido de um modo sábio. O primeiro trecho da rua é constituído por uma seqüência de casas de calçada, geminadas, remanescentes do ecletismo. A visível decadência dessas edificações confere ao lugar uma ambiência nostálgica ao modo de um *buena vista social club*. Seguindo rua adentro, o correr de edificações geminadas é estendido com pequenas casas de testada bastante estreita; lotes com quatro e até mesmo três metros de largura. Algumas agregaram um segundo e até um terceiro piso (fig.4). Algumas mostram claramente pertencer a alguém com mais fortuna que a média do entorno. O cenário é pleno em diversidade. O repertório arquitetônico é variado. O mesmo vale para cores e motivos pictóricos. O lugar evidencia o caráter de um ambiente genuinamente urbano espontaneamente produzido ao longo do tempo.

Em outra geografia, lá onde a cidade tradicional se transmuta na fragmentação espacial da região metropolitana, o estado/condição atual do conjunto habitacional Rubem Berta pode ser considerado como resultante de um processo de auto-organização de tipo híbrido: um clássico exemplo de *favelização* da habitação institucional padrão. Do ponto de vista puritaneamente modernista, o lugar pode ser considerado como um espaço arquitetônico malcomportado. No início dos anos 1970 o conjunto Rubem Berta foi construído ao modo típico da *unidade de vizinhança*; uma vizinhança de fato bastante peculiar assemelhada em planta à aldeia Bororó tão bem descrita por Claude Levi-Strauss em sua expedição ao Brasil. Os blocos de habitação se agrupam em volta de pátios circulares que, por sua vez, configuram formas circulares maiores. A totalidade do conjunto se distribui ao redor de uma área de dimensões ainda maiores; requintes de geometria e abstração. Passados mais de vinte anos desde a construção, o quadro atual é de transformação radical; uma mistura de difícil descrição onde deformação e contaminação alternam papéis. A estabilidade do desenho original não foi sancionada pelo coletivo e, ao longo dos anos, os blocos de habitação originais foram recebendo adições dos mais variados tipos, como simples resultado das necessidades das pessoas (fig.5). O lugar tornou-se ativo e até, pode-se dizer, um tanto tumultuado, tanto na morfologia quanto no social. Mais que um ambiente genuinamente urbano, o conjunto Rubem Berta se tornou um híbrido potente; um novo espécime literalmente, uma porção energética de tecido urbano contemporâneo. Em algumas partes do conjunto é hoje difícil identificar o padrão espacial original. Mapas fundo-figura das situações

original e atual mostram uma descrição expressiva da transformação ocorrida (fig.6). A claridade aparente da planta original, onde um fundo sem forma definida é assolado por um padrão preciso de formas geométricas, é substituída por uma configuração complexa onde a figura foi se tornando mais e mais indefinida e o fundo vai assumindo uma definição clara na continuidade dos percursos espontaneamente gerados a partir da pura necessidade de acessibilidade às diferentes partes do conjunto.²³ A acessibilidade irrestrita da distribuição espacial original foi substituída por um padrão espacial onde uma *malha labiríntica* começa a ser vislumbrada. A pressão do senso comum vai passo a passo tomando conta e deformando o que resta de uma ordem conceitual inviável na prática. O Rubem Berta jamais será um ambiente genuinamente urbano ao modo da cidade tradicional. Ele parece, no entanto, representar o próximo passo na escala de evolução urbana de uma ainda virtual cidade contemporânea: o lugar vai rápida e consistentemente a caminho de se tornar uma porção autêntica da cultura urbana do nosso tempo, com todos os problemas, contradições e, porque não, qualidades inerentes a essa condição.

ESSÊNCIA TOPOLÓGICA

As descrições da forma urbana dadas nos exemplos anteriores parecem em princípio indicar que a hipótese inicialmente apresentada – de que a *imagem positiva* da favela seria consequência da capacidade desses lugares em mimetizar as configurações típicas da cidade clássica – teria sido adequadamente verificada. No entanto, esse não é de fato o caso; pelo menos não inteiramente. Muito embora esses lugares possam ser vistos e apreciados como situações miméticas da cidade clássica, eles são de fato fragmentos imersos na descontinuidade espacial da metrópole contemporânea. E, nesse sentido, esses lugares podem ser considerados como um tipo de urbanismo esquizofrênico; situações espacializadas por razões permanentemente contraditórias, situações literalmente representativas daquilo que Koolhaas – na comparação anteriormente citada entre as condições contemporânea e modernista ortodoxa – veio a hipotecizar como sendo potencialmente o “novo urbanismo”.

Na explícita mimese dos princípios da tradição urbana, a configuração dos padrões de auto-organização espacial mostrados anteriormente exhibe uma arquitetura autenticamente topológica. Nesses lugares o tecido urbano vem sendo deformado e virtualmente convertido em matéria fluida. Na configuração espacial desses assentamentos, a cidade tradicional passa por um processo de deformação contínua; sem perda no entanto dos *atributos de genuinidade*. São formas urbanas que materializam um movimento social, é matéria física em movimento; um movimento lento porém contínuo. De um modo simétrico acontece a contrapartida social. Função e forma coincidem. A ordem dos conceitos, a pirâmide, e a ordem da experiência, o labirinto, tornam-se uma só; coexistindo como ordens sobrepostas.²⁴ Aí parece estar a força dessa arquitetura: em sua gênese no inconsciente coletivo. De fato, essa arquitetura acontece como um manifesto do inconsciente coletivo. E justamente por isso ela é essencialmente topológica. Na imitação do modelo original – a cidade tradicional – o assentamento autoproduzido mostra uma *fractalidade* natural. A imitação da forma urbana da cidade tradicional acontece de uma maneira simultaneamente deformada e miniaturizada. A

arquitetura acontece como um manifesto do inconsciente coletivo. E justamente por isso ela é essencialmente topológica. Na imitação do modelo original – a cidade tradicional – o assentamento autoproduzido mostra uma *fractalidade* natural. A imitação da forma urbana da cidade tradicional acontece de uma maneira simultaneamente deformada e miniaturizada. A forma espacial acontece em decorrência de uma necessidade social e, em consequência, o processo de adaptação morfológica é ajustadamente orgânico. Formas peculiares emergem desses organismos; formas cheias de diversidade e, no entanto, calibradas pelo rigor inerente à razão prática, que naturalmente inclui a razão econômica. Os princípios morfológicos elementares da cidade tradicional – rua e quarteirão – funcionam como um substrato virtual, um guia. Por outro lado, no padrão de fragmentação espacial típico da metrópole contemporânea, a condição de acessibilidade – a mecânica natural das gradações de acessibilidade – vem a funcionar, assim como com a forma espacial da cidade tradicional, como um objetivo maior, um outro guia a direcionar o desenvolvimento da máquina espacial. Esse parece ser o ensinamento essencial a ser tirado desses lugares: na riqueza de sua natureza topológica, os princípios de organização da cidade tradicional são continuamente deformados numa produção coerente dessa condição de crescente fragmentação social e espacial que caracteriza a metrópole contemporânea.

NOTAS

- ¹ KOOLHAAS (1995, p. 961).
- ² VARGAS, X; MAGALHAES, S. *Os brasileiros da riqueza invisível*, disponível em www.nominimo.com.br. *Sobre a cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro*.
- ³ Ibid. p.1.
- ⁴ Ibid. p.3.
- ⁵ KOOLHAAS (1995, p. 969).
- ⁶ KOOLHAAS (1995, p. 969-971).
- ⁷ KOOLHAAS (1995, p. 971).
- ⁸ Ou, ainda, da cidade tradicional; muito embora esse último conceito, diferentemente dos primeiros, pareça conter uma conotação conservativa ou retroativa ou, ainda, reacionária.
- ⁹ JACOBS, J. 1961. *The death and life of great American cities*, Harmondsworth, Eng.-Penguin Books in association with J.Cape.
- VIDLER, A. The Third Typology, in M.Culot ed. *Architecture Rationelle*.
- ¹⁰ KOOLHAAS (1995, p. 963).
- ¹¹ FRANCK e LEPORI (2000, p. 21).
- ¹² KANT, I. (1790). *Critique of judgment*, trans. by JH Bernard, Collier Macmillan Publishers, London and Jafner, New York, 1951, p. 60-61.
- ¹³ O conceito de constituição (espacial) do espaço urbano está originalmente dado em Hillier e Hanson (1984).
- ¹⁴ A propriedade configuracional da malha urbana de promover uma coerente distribuição de atividades, derivada da relação entre as demandas específicas de cada atividade e as graduações de acessibilidade dadas pelo próprio desenho da malha, é denominado zoneamento natural (*natural zoning*). Esse tema é abordado de modo abrangente e discutido através de um conjunto de casos em Aguiar, 1991.
- ¹⁵ O conceito de malha deformada (deformed grid) é originalmente apresentado em Hillier e Hanson, 1984.
- ¹⁶ O conceito de anelidade (*ringyness*) é também originalmente apresentado em Hillier e Hanson, 1984. Essa denominação parece, em princípio, inadequada pois os anéis configurados pela malha urbana são em geral polígonos e não formas circulares como o termo anel (*ring*) sugere.
- ¹⁷ AGUIAR (2001, p. 10-12).
- ¹⁸ PORPHYRIOS (1991. p. 72).
- ¹⁹ PORPHYRIOS (1991. p. 74).
- ²⁰ O conceito de gentrificação tem origem européia e se refere ao processo no qual a classe média se apropria de uma área urbana originalmente ocupada pela classe operária, alterando, nesse processo, o caráter da área, tanto social quanto físico.
- ²¹ The concept of gradations of accessibility has been presented and developed by Hertzberger, 1991.
- ²² Tive a mesma sensação/percepção ao visitar o morro da Rocinha, no Rio de Janeiro, recentemente.
- ²³ RIGATTI(1997).
- ²⁴ "The pyramid of concepts and the labyrinth of experience" são conceitos desenvolvidos em Tschumi, (1995, p. 36-42).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. *Grid configuration and land use*, PhD thesis, University College London, 1991.
- AGUIAR, D. *O Quarteirão Urbano: Projeto Design*, maio 2001, p. 10-12.
- AGUIAR, D. *Elements of topology in the architectural plan*, Proceedings of the 37th ANZASCA - Australian & New Zealand Architectural Science Association – Conference, University of Sydney, Nov 2003, p. 236-244.
- FRANCK, K.; LEPORI, R. B. *Architecture inside out*. Chichester: Wiley, 2000.
- HERTZBERGER, H. *Lessons for students of architecture*. Rotterdam: Uitgeverij 010 Publishers, 1991.
- HILLIER, B.; HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge University Press, 1984.
- JACOBS, J. *The death and life of great American cities*. Harmondsworth, Eng. : Penguin Books with J. Cape, 1961.
- KANT, I. *Critique of judgment*, trans. by JH Bernard, Collier Macmillan Publishers, London and Jafner, New York, 1951.
- KOOLHAAS, R. *Whatever happened to urbanism?* in S,L,X,XL, OMA (with Bruce Mau), The Monicelli Press, New York, 1995.
- PORPHYRIOS, D. *Classical architecture*, London : Academy Editions, 1991.
- RIGATTI, D. *Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1997.
- TSCHUMI, B. *Architecture and disjunction*, The MIT Press, London, 1995, p. 36-42.
- VARGAS, X.; MAGALHÃES, S. *Os brasileiros da riqueza invisível*, disponível em www.nominimo.com.br.

Douglas Vieira de Aguiar

Professor adjunto da FAU-UFRGS. Mestre e doutor em Arquitetura pela University College London, Inglaterra. aguiardouglas@hotmail.com